RUFANDO BOMB NEWS Notícias sem rodeios

Sexta-Feira, 20 de Novembro de 2026

Deputado Wilson Santos inicia debate sobre futuro da concessão de energia elétrica em MT

Veja o vídeo

Danilo Figueiredo (do local) | Márcio Eça (da redação)

O deputado estadual Wilson Santos (PSD) realizou nesta sexta-feira (30) a primeira audiência pública para discutir a renovação da concessão dos serviços de distribuição de energia elétrica em Mato Grosso, atualmente sob responsabilidade da empresa Energisa. A concessão, firmada há 28 anos, se encerra em 2027, mas pode ser renovada antecipadamente — o que motivou a iniciativa de abrir o debate com a sociedade.

"Não podemos ser pegos de surpresa. É um assunto que impacta todas as famílias, os comerciantes, o setor industrial e a zona rural. A sociedade precisa ser ouvida antes que qualquer decisão seja tomada", afirmou o parlamentar.

Wilson Santos destacou que essa é apenas a primeira de uma série de audiências públicas que serão realizadas em diferentes municípios do estado. O objetivo é ouvir a população sobre a qualidade dos serviços prestados pela concessionária e discutir se a empresa deve continuar, se deve haver mudanças no contrato ou

até mesmo se a concessão deve ser reestatizada.

O deputado também questionou a transparência sobre os investimentos realizados pela Energisa e levantou dúvidas sobre a estrutura da empresa para atender às demandas do estado. “Queremos saber qual foi o lucro da empresa, qual o plano de investimentos, se há estoque de insumos como postes e transformadores. Tudo isso é pago pelos consumidores, e precisamos garantir que o serviço prestado esteja à altura do que a sociedade espera.”

Foram convidados para a audiência representantes da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) e do Ministério de Minas e Energia, responsáveis pela regulação e concessão do setor. A Energisa também confirmou presença com representantes técnicos.

“O papel do Parlamento é garantir que a população tenha voz nesse processo. Não se trata apenas de manter ou trocar a concessionária, mas de assegurar que a decisão seja baseada em critérios técnicos e na vontade da sociedade”, concluiu Wilson Santos.